



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVI — N.º 183

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 25 DE OUTUBRO DE 1961

SENADO FEDERAL

MESA

Presidente — Senador Moura Andrade (PSD) — Em exercício.
Vice-Presidente — Senador Moura Andrade (PSD).
1º Secretário — Senador Cunha Mello (PTB).
2º Secretário — Senador Gilberto Marinho (PSD).
3º Secretário — Senador Argemiro de Figueiredo (PTB).
4º Secretário — Senador Novaes Filho (PL).
1º Suplente — Senador Mathias Olympio (PTB).
2º Suplente — Senador Guido Mondin (PSD).

LÍDERES E VICE-LÍDERES Da Maioria

Líder:
Filinto Müller (PSD).
Vice-Líderes:
Lima Teixeira (PTB).
Nogueira da Gama (PTB).
Victorino Freire (PSD).
Lobão da Silveira (PSD).
Jorge Maynard (PSP).
Guido Mondin (PSD).

Da Minoria

Líder:
João Villasboas (UDN).
Vice-Líderes:
Daniel Krieger (UDN).
Mem de Sá (PL).

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder:
Benedito Valadares.
Vice-Líderes:
Gaspar Veloso.
Vitorino Freire.

DA UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

Líder:
Daniel Krieger.
Vice-Líderes:
Rui Palmeira.
Daniel Krieger.
Heribaldo Vieira.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder:
Barros Carvalho.
Vice-Líderes:
Nelson Maculan.
Fausto Cabral.
Arlindo Rodrigues.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder:
Mem de Sá.
Vice-Líder:
Aloísio de Carvalho.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder:
Jorge Maynard.

DO PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

Líder:
Lino de Matos.

Representação Partidária

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

1. Lobão da Silveira — Pará.
2. Victorino Freire — Maranhão.
3. Sebastião Archer — Maranhão.
4. Eugênio Barros — Maranhão.
5. Menezes Pimentel — Ceará.
6. Jarbas Maranhão — Pernambuco.
7. Silvestre Péricles — Alagoas.
8. Ary Vianna — Espírito Santo.
9. Jefferson Aguiar — Espírito Santo.
10. Gilberto Marinho — Guanabara.
11. Paulo Fernandes — Rio de Janeiro.
12. Moura Andrade — São Paulo.
13. Gaspar Veloso — Paraná.
14. Alô Guimayães — Paraná.
15. Francisco Gallotti — Santa Catarina.

16. Guido Mondin — Rio Grande do Sul.
 17. Benedito Valadares — Minas Gerais.
 18. Filinto Müller — Mato Grosso.
 19. Juscelino Kubitschek (licenciado Em exercício o suplente José Feliciano) — Goiás.
 20. Pedro Ludovico — Goiás.
- Licenciado o Senador Rui Carneiro (Paraíba). Em exercício o seu suplente, Sr. Salviano Leite, do PTB.

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

1. Mourão Vieira — Amazonas.
2. Zacarias de Assunção — Pará.
3. Joaquim Parente — Piauí.
4. Fernandes Távira — Ceará.
5. Reginaldo Fernandes — Rio Grande do Norte.
6. Sérgio Marinho — Rio Grande do Norte.
7. João Arruda — Paraíba.
8. Afrânio Lages — Alagoas.
9. Rui Palmeira — Alagoas.
10. Heribaldo Vieira — Sergipe.
11. Ovidio Teixeira — Bahia.
12. Del Caro — Espírito Santo.
13. Afonso Arinos — Guanabara.
14. Padre Calazans — São Paulo.
15. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.

16. Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.
17. Milton Campos — Minas Gerais.
18. João Villasboas — Mato Grosso.
19. Lopes da Costa — Mato Grosso.
20. Coimbra Bueno — Goiás.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

1. Cunha Mello — Amazonas.
2. Vivaldo Lima — Amazonas.
3. Paulo Fender — Pará.
4. Mathias Olympio — Piauí.
5. Leonidas Mello — Piauí.
6. Fausto Cabral — Ceará.
7. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
8. Salviano Leite (Suplente do Senador Rui Carneiro) — Paraíba.
9. Barros Carvalho — Pernambuco.
10. Lourival Fontes — Sergipe.
11. Lima Teixeira — Bahia.
12. Calado de Castro — Guanabara.
13. Arlindo Rodrigues — Rio de Janeiro.

14. Miguel Couto — Rio de Janeiro.
15. Nelson Maculan — Paraná.
16. Saulo Ramos — Santa Catarina.
17. Nogueira da Gama — Minas Gerais.

PARTIDO LIBERTADOR

1. Novaes Filho — Pernambuco.
2. Aloísio de Carvalho — Bahia.
3. Mem de Sá — Rio Grande do Sul.

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

1. Jorge Maynard — Sergipe.

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

1. Lino de Matos — São Paulo.

SEM FUGENDA

1. Dix-Rosa Rosado — Rio Grande do Norte.

RESUMO

PSD	20
UDN	20
PTB	17
PL	3
PSP	1
PTN	1
S/Legenda	1
	63

Comissões Permanentes

Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente.
Cunha Mello.
Gilberto Marinho.
Argemiro Figueiredo.
Novaes Filho.
Mathias Olympio.
Guido Mondin.
Reginaldo Fernandes (UDN).
Secretário: Evandro Mendes Vianna.
Diretor-Geral substituto.

Comissão de Constituição e Justiça

TITULARES

Jefferson de Aguiar, Presidente (PSD).
Daniel Krieger, Vice-Presidente (UDN).
Venâncio Igrejas (UDN).

Milton Campos (UDN).
Heribaldo Vieira (UDN).
Silvestre Péricles (PSD).
Ruy Carneiro (PSD).
Lourival Fontes (PTB).
Nogueira da Gama (PTB).
Aloysio de Carvalho (PL).
Barros Carvalho (PTB).

SUPLENTE

1. Rui Palmeira (UDN).
2. Freitas Cavalcanti (UDN).
3. João Arruda (UDN).
4. João Villasboas (UDN).
1. Ary Vianna (PSD).
2. Benedito Valladares (PSD).
3. Francisco Gallotti (PSD).

1. Lima Teixeira (PTB).
2. Vivaldo Lima (PTB).
3. Miguel Couto (PTB).
1. Mem de Sá (PL).
Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

Comissão de Economia

TITULARES

Gaspar Velloso, Presidente (PSD).
Fausto Cabral, Vice-Presidente (PTB).

Fernandes Távora (UDN).
Sérgio Marinho (UDN).
Del Caro (UDN).

João Arruda (UDN).
Alô Guimarães (PSD).
Lobão da Silveira (PSD).
Nogueira da Gama (PTB).

Suplentes:

1. Mourão Vieira (UDN).
2. Joaquim Parente (UDN).
3. Irineu Bornhausen (UDN).
4. Ovidio Teixeira (UDN).
1. Eugênio Barros (PSD).
2. Francisco Gallotti (PSD).
3. Sebastião Archer (PSD).
1. Lima Teixeira (PTB).
2. Saulo Ramos (PTB).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 15.30 horas.

Comissão de Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca

Titulares:

Nelson Maculan - Presidente (PTB).
Eugênio Barros - Vice-Presidente (PSD).

Alô Guimarães (PSD).
Lobão da Silveira (PSD).
Nogueira da Gama (PTB).
Ovidio Teixeira (UDN).
Mourão Vieira (UDN).
Alô Guimarães (PSD).
Paulo Fernandes (PSD).
Nogueira da Gama (PTB).

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASILIA

ASSINATURAS

DEPARTAMENTOS E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 89,00
Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excetnadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,40 a, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Suplentes:

UDN

- 1 — Lopes da Costa
- 2 — Joaquim Parente

PSD

- 1 — Pedro Ludovico
- 2 — Lobão da Silveira
- 3 — Francisco Gallotti

PTB

- 1 — Saulo Ramos
- 2 — Lima Teixeira

Secretária: Maria de Lurdes Oliveira, Oficial Legislativo.

SUPLENTE

1. Mourão Vieira (UDN).
2. Joaquim Parente (UDN).
3. Irineu Bornhausen (UDN).
4. Ovidio Teixeira (UDN).

1. Eugênio Barros (PSD).
2. Francisco Gallotti (PSD).
1. Lima Teixeira (PTB).
2. Saulo Ramos (PTB).
3. Sebastião Archer (PSD).

1. Aloysio de Carvalho (PL).
2. Aloysio de Carvalho (PL).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho — Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras, às 15.30 horas.

Comissão de Educação e Cultura

TITULARES

Menezes Pimentel — Presidente (PSD).

Padre Calazans — Vice-Presidente (UDN).

Jarbas Maranhão (PSD).
Saulo Ramos (PTB).

Arlindo Rodrigues (PTB).
Mem de Sá (PL).

Reginaldo Fernandes (UDN).

Suplentes:

Colombo Bueno (UDN).
Lino de Matos (PTN).

Lobão da Silveira (PSD).
Paulo Fernandes (PSD).

Paulo Fender (PTB).
Lima Teixeira (PTB).

Aloysio de Carvalho (PL).
Secretário: Evandro Fonseca Paranaíba.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Finanças

TITULARES

Freitas Cavalcanti — Presidente — UDN.

Ary Vianna — Vice-Presidente — PSD.

Irineu Bornhausen — UDN.
Daniel Krieger — UDN.

Fernandes Távora — UDN.
Dix-Huit Rosado — UDN.

Lopes da Costa — UDN.
Gaspar Velloso — PSD.

Nogueira da Gama — PTB.
Lobão da Silveira — PSD.

Barros Carvalho — PTB.
Victorino Freire — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
Mem de Sá — PL.

Fausto Cabral — PTB.
Filinto Muller — PSD.
Saulo Ramos — PTB.

SUPLENTE

1. Milton Campos — UDN.
2. Joaquim Parente — UDN.
3. Ruy Palmeira — UDN.
4. Coimbra Bueno — UDN.
5. João Arruda — UDN.
6. Del Caro — UDN.

1. Silvestre Péricles — PSD.
2. Ruy Carneiro — PSD.
3. Jarbas Maranhão — PSD.
4. Menezes Pimentel — PSD.
5. Pedro Ludovico — PSD.
6.

1. Vivaldo Lima — PTB.
2. Arlindo Rodrigues — PTB.
3. Paulo Fender — PTB.
4. Lima Teixeira — PTB.
1. Aloysio de Carvalho — PL.

Secretário: Renato de Almeida Chermont — Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Legislação Social

TITULARES

Ruy Carneiro, Vice-Presidente — (PSD).

Lima Teixeira, Presidente (PTB).
Lino de Matos (UDN).

Venâncio Igrejas (UDN).
Mourão Vieira (UDN).

Menezes Pimentel (PSD).
Miguel Couto (PTB).

Francisco Gallotti (PSD).
Paulo Fender (PTB).

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).
2. Padre Calazans (UDN).
3. Heribaldo Vieira (UDN).
1. Paulo Fernandes (PSD).
2. Lobão da Silveira (PSD).
3. Sebastião Archer (PSD).
1. Barros Carvalho (PTB).
2. Lourival Fontes (PTB).
3. Arlindo Rodrigues (PTB).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Relações Exteriores

TITULARES

Vivaldo Lima, Presidente — PTB.
Rui Palmeira, Vice-Presidente — UDN.

Afrânio Lages — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.

Benedito Valladares — UDN.
Gaspar Velloso — PSD.

Paulo Fernandes — PSD.
Lourival Fontes — PTB.

Aloysio de Carvalho — PL.

SUPLENTE

- 1 — Milton Campos — UDN
- 2 — Venâncio Igrejas — UDN
- 3 — Sérgio Marinho — UDN
- 1 — Menezes Pimentel — PSD
- 2 — Jefferson de Aguiar — PSD
- 3 — Ary Vianna — PSD
- 1 — João Mendes — PTB
- 2 — Barros Carvalho — PTB
- 1 — Mem de Sá — PL

Secretário: Eurico Jacy Auler, — Oficial Legislativo.

Reuniões: Terças-feiras, às 16.30 horas.

Comissão de Saúde Pública

TITULARES

Reginaldo Fernandes, Presidente — (UDN).

Alô Guimarães, Vice-Presidente — (PSD).

Fernandes Távora (UDN).
Pedro Ludovico (PSD).
Saulo Ramos (PTB).

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).
2. Lopes da Costa (UDN).
1. Eugênio Barros (PSD).
2. Jarbas Maranhão (PSD).
1. Miguel Couto (PTB).

Secretaria: Julieta Ribeiro dos Santos, Rodrigues Oficial Legislativo.

Reuniões: Quinta-feira, às 16 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

TITULARES

Mourão Vieira — Presidente (UDN)
Jarbas Maranhão — Vice-Presidente — PSD.
Joaquim Parente (UDN).
Sebastião Archer (PSD).
Paulo Fender (PTB).
Miguel Couto (PTB).
Aloysio de Carvalho (PL).

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).
2. Padre Chazatus (UDN).
1. Ruy Carneiro (PSD).
2. Benedito Valadares (PSD).
1. Nelson Maculan (PTB).
2. Fausto Cabral — (PTB).
1. Mem de Sá (PL).

Secretaria: Malina Cruz Alves, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

TITULARES

Zacharias de Assumpção, Presidente (UDN).
Jarbas Maranhão, Vice-Presidente — (PSD).
Sergio Marinho (UDN).
Jefferson de Aguiar (PSD).
Francisco Garibaldi (PSD).
Miguel Couto (PTB).
Arlindo Rodrigues (PTB).

SUPLENTE

1. Fernandes Fátima (UDN).
2. Dix-Huit Rosado (UDN).
2. Jorge Maynard (PSP).
2. Nelson Maculan (PTB).

Secretaria: Julieta Ribeiro dos Santos.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão especial para emitir parecer sobre os documentos que instruem o Projeto de Resolução Nº 5, de 1961

Senadores:

PL — Novães Filho — Presidente
UDN — Sergio Marinho — Vice-Presidente.
PSD — Alo Guimaraes.
PSD — Menezes Pimentel.
PTB — Nelson Maculan.

Secretaria: José Soares de Oliveira Filho.

Comissão Especial incumbida de emitir Parecer sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1953, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações

Cunha Mello — Presidente (PTB).
Sergio Marinho — Relator (UDN).
Jorge Maynard (PSP).
Menezes Pimentel (PSD).
Jarbas Maranhão (PSD).
João Pires de Oliveira Filho — Secretário.

Comissão de Transportes Comunicações e Obras Públicas

Titulares:

Jorge Maynard — Presidente (PSP).
Lino de Matos — Vice-Presidente (UDN).

Coimbra Bueno (UDN).
Vitorino Freire (PSD).
Fausto Cabral (PTB).

Suplentes:

UDN

- 1 — Sergio Marinho
- 2 — João Arruda.

PSD

- 1 — Jefferson Aguiar
- 2 — Eugenio Barros
- 1 — Nelson Maculan

Secretaria: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

ATAS DAS COMISSÕES

ATA DA 1ª REUNIÃO, EM 22 DE OUTUBRO DE 1961

As 15,30 horas, na Sala das Comissões do Senado Federal, sob a presidência do Sr. Senador Menezes Pimentel, presentes os Srs. Senadores Jarbas Maranhão, Lobo da Silveira e Arlindo Rodrigues, reuniu-se a Comissão de Educação e Cultura.

Deixam de comparecer por motivo justificado os Srs. Senadores Padre Calazans, Reginaldo Fernandes e Mem de Sá.

E é lida e sem alteração aprovada, a ata da reunião anterior.

Em seguida, o Sr. Senador Jarbas Maranhão apresenta projeto favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 43-61 que restabelece a denominação da Faculdade de Direito de Mato Grosso, federalizada pela Lei nº 3.877 de 30 de janeiro de 1961. O parecer é aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião, havendo eu, Evandro Fontes Paranaíba, esta ata, que uma vez aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 192ª SESSÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4ª LEGISLATURA, EM 24 DE OUTUBRO DE 1961

PRESIDENCIA DOS SRS. CUNHA MELLO E ARGEMIRO DE FIGUEIREDO

As 14 horas e 35 minutos a-hem-se presentes os Srs. Senadores: Mourão Vieira — Cunha Mello — Vivaldo Lima — Paulo Fender — Zacharias de Assumpção — Lobo da Silveira — Eugênio Barros — Leonidas Mello — Mathias Olympio — Joaquim Parente — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Menezes Pimentel — Sergio Marinho — Reginaldo Fernandes — Dix-Huit Rosado — Argemiro de Figueiredo — João Arruda — Jarbas Maranhão — Lourival Fontes — Jorge Maynard — Heribaldo Vieira — Odílio Teixeira — Lima Teixeira — Lima Teixeira — Aloysio de Carvalho — Ary Vianna — Paulo Fernandes — Arlindo Rodrigues — Miguel Couto — Celso de Castro — Gilberto Marinho — Benedito Valadares — Nogueira da Gama — Milton Campos — Lino de Matos — Lopes da Silva — Alo Guimaraes — Gaspar Velloso — Saulo Raros — Irineu Bornhausen — Daniel Krieger — Mem de Sá — Guido Mondim. — (43).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 43 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Val ser lida a ata.

O Sr. Mathias Olympio, 1º Suplente, servindo de 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. Argemiro de Figueiredo, 2º Secretário, servindo de 2º, lê o seguinte

EXPEDIENTE

Mensagem — Do Sr. Presidente da República, de 19 do mês em curso, nos seguintes termos:

Mensagem n. 234, de 1961

(Nº de origem 547)

Senhores membros do Senado, Federal:

De acordo com o preceito constitucional, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a designação que desejo fazer do Senhor Jorge Emilio de Sousa Freitas para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Turquia.

Os méritos do Senhor Jorge Emilio de Sousa Freitas, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 19 de outubro de 1961.
— João Belchior Marques Godart, Tancredo Neves.

CURRICULUM VITAE

Embaixador Jorge Emilio de Sousa Freitas

1. Nascido no Rio de Janeiro, em 28 de novembro de 1901. Bacharel em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro, em 1924. Curso Superior de Guerra, da Escola Superior de Guerra, em 1951.

2. Ingressou na carreira como conselheiro de 4ª classe, em 1931; Conselheiro de 3ª classe, por merecimento, em 1933; Primeiro-Secretário, por merecimento, em 1941; Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 1949; Ministro de Primeira Classe, em 1961.

3. Durante sua carreira, exerceu as seguintes funções: Segundo-Secretário na Embaixada em Washington; Primeiro-Secretário na Embaixada na Havana; Conselheiro Geral em Hamburgo.

4. Além dessas funções, o Embaixador Sousa Freitas exerceu ainda as seguintes: Adido ao Gabinete do Ministro Osvaldo Aranha, Chefe da Secretaria do Conselho de Imigração e Colonização, de 1939 a 1941. Nomeado Segundo-Secretário da Embaixada Especial do Brasil às Comemorações dos Centenários de Portugal, em 1940. Auxiliar de Gabinete do Ministro Osvaldo Aranha, de 1939 a 1942. Secretário da Comissão de Recepção à Embaixada Especial de Portugal, em 1941. Primeiro-Secretário da Missão Especial do Brasil às Comemorações do 1º Centenário da Independência da República Dominicana, em 1944. Primeiro-Secretário, em Missão Especial, à posse do Presidente da República de Cuba, em 1944. Chefe da Divisão de Material, em 1950. Assistente do Comando da Escola Superior de Guerra, em 1952. Vice-Presidente da Comissão Nacional de Assistência Técnica, em 1955. A disposição do Senhor Osvaldo Dantas Torrado, Presidente da República de Cuba, durante sua visita ao Brasil, em 1960.

5. O Embaixador Sousa Freitas, que se encontra atualmente em Hamburgo, é indicado para exercer a função de Embaixador Plenipotenciário e

Extraordinário do Brasil junto ao Governo da Turquia. — Jorge d'Escragno de Taunay, Chefe, interino, da Divisão do Pessoal.

A Comissão de Relações Exteriores.

Aviso nº 2.151, de 19 do mês em curso, do Sr. Ministro da Marinha, encaminhando as informações solicitadas pelo Sr. Senador Afrânio Lages em seu Requerimento nº 373, de 1961.

Ofício do Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, remetendo o reconhecimento daquele sodalício sobre os Projetos de Lei nºs. 374, de 1952, da Câmara e nº 29, de 1952, de 1952, que regulam os direitos civis do mulher casado.

Parecer n. 615, de 1961

Da Comissão de Relações Exteriores sobre o Requerimento nº 134 de 1961, solicitando a convocação do Sr. Ministro das Relações Exteriores, a fim de fazer exposição sobre a política exterior com relação aos países do Bloco Soviético.

Relator: Senador Ruy Palmeira.

Apresentou o nobre Senador Jefferson de Aguiar, em 10 de maio próximo passado, o presente Requerimento, pelo qual, de conformidade com preceito da Constituição e disposição regimental, solicita o comparecimento do Sr. Ministro das Relações Exteriores, a fim de fazer exposição sobre a política internacional do Governo, especialmente com relação à Rússia, Cuba, China comunista, Bulgária, Rumania, Albânia, Hungria, Polónia, Iugoslavia e Tchecoslováquia.

Anexo ao Requerimento foi encaminhado um eufrio do ilustre Senador Vivaldo Lima, solicitando ele audiência desta Comissão.

A matéria está superada em virtude da exposição feita perante o Senado pelo titular da Pasta das Relações Exteriores, em 7 do corrente mês.

Nestas condições, propomos o arquivamento do Requerimento em exame. — Sala das Comissões, em 6 de junho de 1961. — Vivaldo Lima, Presidente. — Ruy Palmeira, Relator. — João Mendes. — Daniel Krieger. — Heribaldo Vieira — Menezes Pimentel.

Parecer n. 616, de 1961

Redação final do Projeto de Resolução nº 38, de 1961.

Relator: Menezes Pimentel.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) do Projeto de Resolução nº 38 de 1961 que suspende a execução da Lei nº 53, de 22 de novembro de 1948, do Município de Santo Angelo, Estado do Rio Grande do Sul.

Sala das Comissões, em 23 de outubro de 1961. — Lourival Fontes, Presidente. — Menezes Pimentel, Relator. — Daniel Krieger.

ANEXO AO PARECER Nº 616, DE 1961

Redação final do Projeto de Resolução nº 38, de 1961.

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, nos termos do artigo 47, letra "p", do Regimento Interno, promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO Nº 1961

Suspende a execução da Lei número 53 de 22 de novembro de 1948, do Município de Santo Angelo, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 1º. É suspensa a execução da Lei nº 53, de 22 de novembro de 1948, do Município de Santo Angelo, Estado do Rio Grande do Sul, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tri-

bunal Federal, em 28 de agosto de 1958, no recurso extraordinário número 34.189.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Parecer n. 617, de 1961

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1961 (número 2.480-60, na Câmara), que cria o Instituto de Previdência aos Congressistas.

Relator: Senador Lourival Fontes.

O presente projeto, de autoria do ilustre deputado Padre Arruda Câmara, cria, como órgão supervisionado pelas Mesas da Câmara e do Senado, o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), com personalidade jurídica, autonomia administrativa e patrimônio próprio, com sede e foro na Capital do País.

Do Instituto serão segurados obrigatórios todos os atuais parlamentares e os que no futuro forem eleitos, independentemente de idade e de exame de saúde.

Também os ex-congressistas poderão contribuir para o I. P. C., ficando, porém, sujeitos a um período de carência de oito anos, para os efeitos dos benefícios, mas lhes sendo facultado recolher de uma só vez as cotas correspondentes a esse prazo, para imediato gozo dos benefícios.

O congressista terá direito a pensão se houver cumprido no mínimo oito anos de mandato: se, no término do mandato, não tiver completado o prazo supra, ser-lhe-á concedido um auxílio durante seis meses correspondente à pensão devida aos demais casos.

Aos parlamentares no exercício do mandato à época em que entrar em vigor esta lei, bem como aos que, no futuro, não se reelejam, será facultado continuarem a contribuir até ultrapassarem as cotas relativas a oito anos, ou receber suas contribuições recolhidas, acrescidas dos juros pagos pelo Banco onde são feitos os depósitos do I. P. C.

A receita do I. P. C. constituir-se-á de:

a) contribuição dos associados, no valor de 10% sobre os subsídios fixos, descontada em folha;

b) contribuição da Câmara respectiva, correspondente à percentagem de 10% sobre a parte fixa dos subsídios dos congressistas, verba a ser incluída anualmente no Orçamento do Poder Legislativo;

c) saldo das diárias descontadas dos congressistas que faltarem às sessões;

d) juros e lucros auferidos pelo Instituto;

e) doações e legados.

As contribuições serão recolhidas mensalmente ao Banco do Brasil ou à Caixa Econômica Federal, pelos Presidentes das duas Casas do Congresso.

Aos contribuintes do I. P. C. serão concedidos os seguintes benefícios:

a) pensão aos ex-congressistas, proporcional aos anos de mandato, à razão de 1/20 por ano, não podendo ser inferior à quarta parte do subsídio fixo nem a ele superior, mas sempre subordinada ao recolhimento das contribuições correspondentes a oito anos;

b) em caso de morte, pensão correspondente a cinquenta por cento da que caberia, na época do falecimento, ao contribuinte;

c) pensão integral ao congressista invalidado por acidente em serviço ou por moléstia incurável ou conta-

giosa, qualquer que seja o tempo de mandato;

d) seguro de vida coletivo em favor de todos os congressistas, até o máximo de Cr\$ 500.000,00.

A pensão será reajustada sempre que houver alteração no valor da parte fixa do subsídio e não excluirá a percepção de proventos da aposentadoria e quaisquer outras pensões ou benefícios.

A administração do I. P. C. será constituída de um Presidente, eleito anualmente por uma das Casas do Congresso, um Conselho Deliberativo e um Tesoureiro, sendo todas as funções do I. P. C. exercidas gratuitamente.

Sempre que o beneficiário se investir em mandato legislativo remunerado para qualquer das Casas do Congresso ou em função pública remunerada, perderá o direito ao recebimento da pensão, durante o exercício do mandato ou do cargo público, e, findo o mandato ou deixando o exercício do cargo público far-se-á o reajustamento da pensão em razão do tempo em que haja o beneficiário integrado o Congresso Nacional.

A Proposição é de iniciativa da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que a justificou alegando os seguintes principais motivos:

a) só os membros do Poder Legislativo não têm direito algum à aposentadoria nem a deixar pensão às suas famílias;

b) um parlamentar que dedica sua vida inteira ao serviço do povo não tem segurança alguma para sua velhice, nem para seus herdeiros, malgrado muitas vezes ter abandonado sua profissão;

c) o Congresso tem recorrido a concessões de pensões especiais a legisladores velhos e pobres; e, em caso de morte, às suas viúvas; mas o sistema constitui um privilégio de novador, pois coloca em situação vantajosa os beneficiários, sem nenhuma contribuição do falecido, cabendo ainda assinalar que ocorrem discriminações entre os próprios privilegiados visto que as pensões variam de Cr\$ 8.000,00 a Cr\$ 40.000,00;

d) se os legisladores não devem ter mais direitos que os simples cidadãos, também não devem ter menos;

e) o projeto não institui novidade, pois medidas semelhantes já constam da legislação dos seguintes países: Bélgica, Países Baixos, Austrália, Canadá, União Sul Africana, Finlândia, Itália, Nova Zelândia, Noruega, Suécia, Reino Unido e Estados Unidos.

II. No Senado foi anexado ao projeto um outro, iniciado nesta Casa e de autoria do eminente Senador Cuiado de Castro, disposto sobre Montepio dos Parlamentares, acerca do qual esta Comissão já se pronunciou.

III. Submetida a matéria ao exame da Comissão Diretora, manifestou-se esta pela aprovação do projeto oriundo da Câmara dos Deputados.

Naquele órgão, no entanto, o eminente Senador Cunha Melo, em voto vencido, alinhou, contra a providência pleiteada, os seguintes argumentos:

a) ambas as proposições (a da Câmara e a do Senado) são inconstitucionais, não apenas porque obrigam a descontar nos subsídios de seus futuros contribuintes, mas, também, porque distorcem a figura do legislador, transformando-o praticamente, em funcionário público;

b) urge reagir a esta perigosa tendência de amesquinhar-se o mandato popular, confundido com emprego com garantias de risco que os empregados hoje em dia oferecem;

c) o legislador é um servidor público da mais alta categoria, mas, sob nenhum aspecto, confunde-se

com a figura do servidor público comum;

d) o legislador não é pessoa da Administração. Em sua vida particular, profissional ou cidadão, poderá ser militar, funcionário de alto padrão, médico, advogado, engenheiro, etc. Contudo, tem que se licenciar do cargo quando exerce o mandato;

e) nada justifica que se dêem ao legislador, como tal, garantias de funcionário, como se o mandato legislativo não estivesse, como realmente está, ligado apenas aos riscos e aos deveres da cidadania;

f) da maneira como as coisas andam, acabarão dando ao mandato legislativo um caráter de quase emprego, em relação ao qual o mandatário passaria a ter cuidados e precauções de servidor público, e, com isto, a alta missão pública do legislador corre o risco de amesquinhar-se;

g) não é verdade que o legislador esteja desamparado da previdência social do Brasil, porque, se o desejado, poderá requerer inscrição no IPASE, pagando contribuição proporcional aos benefícios dos demais contribuintes daquele Instituto;

h) o legislador é um simples servidor do povo e da Nação;

i) criar o I. P. C. é sobrecarregar inutilmente o cipo da previdência social; e, finalmente,

j) a criação do I. P. C. é inoportuna e só serviria para desprestigiar o Parlamento.

IV. A Comissão de Legislação, analisando, em conjunto, as proposições da Câmara e do Senado, opinou pela aprovação daquela, nos termos do Substitutivo, que oferece:

As inovações e alterações principais desse Substitutivo são as seguintes:

a) poderiam contribuir, facultativamente, para o I. P. C., o Vice-Presidente da República e os funcionários do Congresso Nacional;

b) o contribuinte facultativo que deixasse de recolher sua contribuição durante doze meses perderia o direito aos benefícios concedidos pelo Instituto;

c) concessão de pensão ao contribuinte, correspondente a 40% do respectivo subsídio fixo ou vencimento, sendo o contribuinte maior de 50 (cinquenta) anos; ou atingindo 70 (setenta) anos de idade ou sendo considerado inválido por junta médica indicada pelo IPC; e

d) perda do benefício pelo beneficiário que tenha sido condenado por crime de natureza dolosa, do qual resulte a morte do contribuinte.

V. A Comissão de Finanças, apreciando o problema, opinou pela aprovação do Substitutivo da Comissão de Legislação Social, oferecendo ao mesmo, todavia, quatro submenções:

A primeira, dando nova redação ao artigo 3º e reduzindo, de 4 para 3 anos, o período de carência para a pagamento da contribuição dos contribuintes que tiverem terminado o mandato ou forem aposentados ou exonerados;

a segunda incluindo, no artigo 4º, letra "c", as palavras — "e sub-venções", pelo que poderão ser consignadas no orçamento importâncias para a manutenção do I. P. C.;

a terceira, substituindo, no artigo 7º, I, a expressão — "pensão correspondente a 40% do respectivo subsídio fixo ou vencimento" — por — "pensão correspondente a dez (10) vezes a contribuição mensal do respectivo subsídio fixo ou vencimento"; e, na quarta, acrescentando ao artigo 15, que trata do retorno do parlamentar à atividade, o seguinte: "bem assim o do funcionário aposentado

que retornar à atividade", ao qual, também, será vedado, enquanto em exercício de cargo, perceber pensão".

VI. O desdobramento, assim sucinto, da matéria sujeita à nossa consideração, revela-nos que estamos diante de um projeto que está fadado a ter imensa repercussão no seio da opinião pública do país.

Realmente, o assunto é complexo, difícil, incide não somente no campo social mas também no político e mesmo no financeiro, de modo que cumpre ao Parlamento estudá-lo com isenção, atento a todas as circunstâncias capazes de envolver questões dessa natureza.

Esses aspectos do projeto deverão, no entanto, ser debatidos em outras comissões técnicas e no plenário.

A nós, compete-nos o exame do assunto apenas do ângulo da constitucionalidade, e, desse prisma, nada vemos, na proposição (por sinal, iniciada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara) que possa invalidá-la.

Estamos, nos caso, com o eminente Senador Argemiro de Figueiredo, que, relatando a matéria na Comissão Diretora, assim se expressou:

"Também não me parece possível negar-se a constitucionalidade do Projeto.

O caráter compulsório do Instituto de Previdência dos Congressistas não incide, data rémota, nas proibições constitucionais presentes nos §§ 2º, 3º e 16 do artigo 141 da Constituição da República.

Realmente há uma incidência sobre o direito de propriedade, assegurado ao parlamentar, no tocante aos seus subsídios, compulsoriamente reduzidos, com a criação do Instituto.

Essa circunstância, porém, não incorre, como dissemos, nas proibições constitucionais. Trata-se da criação de um órgão defensivo dos interesses de uma classe constituindo um dos poderes da República. É uma restrição tolerável, pelo espírito da Constituição, no tocante ao bem estar social, que condiciona o uso da propriedade".

VII. Ante o exposto, somos, do ponto de vista constitucional e jurídico, pela aprovação dos projetos, nos termos do Substitutivo da Comissão de Legislação Social, com as Submenções da Comissão de Finanças.

Sala das Comissões, em 17 de outubro de 1961. — Daniel Krieger, Presidente. — Lourival Fontes, Relator. — Nogueira da Gama. — Ary Vianna. — Vivaldo Lima, com restrições. — Aloysio de Carvalho, vencido, na conformidade das razões expostas em sessão.

SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa comunicação que vai ser lida.

E' lida a seguinte

Comunicação

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Exceência que me ausentarei do País dentro de poucos dias, a fim de, como integrante da Delegação do Congresso Nacional, participar da Conferência Interparlamentar Pró-Governo Mundial.

Atenciosas saudações. — Lourival Fontes.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE:

Trancorre hoje mais um aniversário da Organização das Nações Unidas. A Mesa, há dias, designou para falar em homenagem à data o nobre Senador Gaspar Velloso, a quem dou a palavra.

O SR. GASPAR VELOSO:

(Não foi revisto pelo orador. — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao acordar-me hoje, em manhã tão linda, nesta planície de Brasília, procurei os jornais para me pôr a par do que se passava no mundo. As notícias, caras colegas, não eram nada alentadoras. As páginas principais de todos os jornais que tive o cuidado de ler eram dedicadas à guerra, neste dia em que se comemora mais um aniversário das Nações Unidas, organização feita para a paz.

O XXII Congresso do Partido Comunista abriu o noticiário, com algum escândalo, contando com detalhes o poderio naval, o poderio militar, o poderio aéreo e, sobretudo, o poderio atômico das Nações do Bloco socialista. Por outro lado, afirmavam os porta-vozes do Governo americano que este se encontrava capacitado para no caso de deflagração de uma guerra mundial, salvar, pelo menos, dez milhões de habitantes dos cento e noventa milhões da população dos Estados Unidos.

Abaixo, eram notícias de Cuba: era a proposta, feita pelo Governo cubano, para uma conferência de chanceleres da América Latina, a fim de estudar a possível infiltração de ideias comunistas emanadas daquela País, com o fito principal de agitar as nações subdesenvolvidas do Continente. Eram notícias cruciantes, dolorosas do que se passava nas fronteiras de Berlim Oriental e Berlim Ocidental: era a Guerra do Laos, eram os conflitos no Congo Belga e até na mal pacatada Bélgica, lutas entre wallons e flamengos. Este o noticiário das primeiras páginas dos jornais matutinos de hoje, data em que se comemora mais um aniversário da Organização das Nações Unidas.

Pensei, comigo mesmo, que eram chegados os dias a que se referia Ezequiel, nesse monumento da civilização do Ocidente que é a Bíblia, quando diz, num dos seus versículos: "Vem o fim; o fim vem."

Olhei os outros noticiários, inclusive o que se relacionava com o Congresso Nacional. As notícias eram desalentadoras; na palavra dos seus mais autorizados líderes nada estava certo. A população nordestina morria à fome; os gêneros alimentícios estavam nas suas fontes de origem, deteriorados e impróprios ao consumo, por falta de transporte e de colocação no mercado. Os preços subiam a cada instante. A espiral inflacionária levava à remarchação dos preços, numa espiral pontada dos comerciantes de manterem os seus estoques, já que os deviam comprar para revendê-los.

E todos, Sr. Presidente, jornais, parlamentares, líderes, dirigentes sindicais, asseguravam-me, nesta manhã radiosa, que estavam exatamente em face da profecia de Ezequiel — "Vem o fim; o fim vem."

A greve dos bancários, movimento de caráter nacional, que já se estendeu a todos os Estados da Federação, leva o comércio, a indústria, a lavoura e os particulares à situação de inquietude, de pânico e de medo.

E daquelas quatro verdades fundamentais, daqueles quatro direitos proclamados em alta, o que nos ficou no dia de hoje, foi o desânimo, o temor, a incerteza, a angústia de quem não sabe até onde vai para onde vai e por que vai.

Sr. Presidente, então, pensei comigo mesmo que o mundo tem sido assim. Que todo este caos, esta borrasca, esta tormenta, este vendaval não são novos, não são modernos, não são dos nossos dias.

Se olharmos um pouco o passado, ilustrando na História os nossos conhecimentos e procurando nos fatos ocorridos nesses milênios de que temos de conhecimento histórico, saberemos que o fato não é novo. Sempre e sempre surgem vozes profetizando abismos, tragédias, misérias, profetizando, em suma, o fim, que até hoje, por fe-

lidade nossa ainda não veio e parece não vir.

Há ao lado dos fatos, ao lado dos acontecimentos e das circunstâncias, uma verdade que não pode ser desmerecida e desmentida. É o ciclo da História em que as civilizações nascem e morrem e das suas cinzas brotam novas civilizações mais saudáveis, mais alegres, mais otimistas, mais esperançosas.

A nós que vivemos no Ocidente, que sentimos através das nossas tradições, da nossa formação, da nossa cultura, do nosso conhecimento, o que vem acontecendo através dos séculos, nada poderá surpreender, pois o Cristianismo — que para nós é modo de ação, de vida, e é religião — conseguiu transformar o Deus da Guerra, o Deus da Antiga Lei, num Deus de amor.

Tenhamos fé que este mesmo Cristianismo, através dos homens que ele formou, transforme em um instante, as apreensões, os temores, as tristezas e as desesperanças de uma humanidade que hoje sofre, num albor de madrugada, de madrugada nova, cheia de esperanças, de alegrias, de crença e de amor.

Sr. Presidente, no dia de hoje, tão grato para nós porque festejamos a fundação de mais um órgão em torno do qual se reúnem todos os povos amantes da paz, neste dia não nos devemos deter apenas nesse fato auspicioso, nem no grupo de homens que defendem essa ideia tão nobre, tão elevada, ideia magnífica, sacrossanta e bendita, que é a concepção de paz. Não há por que nos determos nas comemorações.

Há que ver, como diz o eminente filósofo hindu Hrishnamurti, se os fatos, que se sucedem, dependem ou não da nossa atuação. Se não dependem, é inútil preocuparmo-nos com eles. Se dependem do nosso trabalho, da nossa inteligência, da nossa vontade, da nossa decisão e sobretudo da nossa atuação consciente, crime seria não exercê-las, a fim de que o resultado seja aquele que almejamos.

O Brasil, Sr. Presidente, tem a sua função e a sua direção bem definidas no campo internacional. Somos pela autodeterminação de todos os povos da terra. Somos anticolonialistas. Somos pacifistas por excelência.

Da Casa de Rio Branco saiu, há dias, o ex-chanceler da República, nosso ilustre e eminente colega Senador Afonso Arinos de Mello Franco, rumo à Organização das Nações Unidas. S. Exa. já se traçara, naquele Ministério, uma diretriz e uma conduta que coincidem com as adotadas pelo Exmo. Sr. San Thiago Dantas, hoje Ministro das Relações Exteriores, quando ainda representante do Brasil na Organização das Nações Unidas. Nesta Casa do Congresso, perante a Comissão de Relações Exteriores, o atual titular da Pasta não só dissertou sobre o assunto, demonstrando a orientação brasileira, como fez uma profissão de fé, pela manutenção dos tratados de autodeterminação dos povos e de pacifismo em todos os sentidos.

Vê-se pois que o Brasil cumpriu e está cumprindo, à risca, a sua função dentro da O.N.U. No dia de hoje a maior homenagem que o Brasil pode prestar à Organização das Nações Unidas é a demonstração de que cumpre religiosamente aquilo a que se comprometeu perante os outros povos amantes da paz. O nosso País, pelas suas tradições, pela sua vocação e principalmente pela sua formação espiritual, deseja viver num mundo de paz.

Sr. Presidente, em nome do Senado e com estas páldas palavras (não apoiadas) expressei nossas esperanças no futuro da Organização das Nações Unidas. Elas se estendem aos órgãos subsidiários que têm por finalidade dar alimentos aos povos desnutridos e aos países subdesenvolvidos dar téc-

nica e os elementos de que carecem para que possam acompanhar bem de perto seus co-irmãos mais felizes e venturosos.

Sr. Presidente, já que iniciei esta oração com palavras do Profeta Ezequiel, palavras da Bíblia, que considero um monumento do Ocidente, gostaria de terminá-las não mais com aquelas tristes profecias mas com expressões de amor, de esperança e de crença naquele grande poeta, cantor do Evangelho, que há milênios vem sendo repetido diariamente. É o Versículo X dos Salmos. Com esta prece Sr. Presidente, encerro em nome do Senado Brasileiro, nossa homenagem à Organização das Nações Unidas pelo seu 16º aniversário:

"17) Senhor, tu ouviste os desejos dos mansos; confortarás os seus corações, os teus ouvidos estarão abertos para eles;

18) Para fazeres justiça ao órfão e ao oprimido, a fim de que o homem, que é da terra, não prossiga mais em usar da violência."

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Esta Presidência estava inscrita para falar, entretanto, cede a vez ao nobre Senador Vivaldo Lima, pois, ao que está informado, S. Exa. também fará uma saudação à Organização das Nações Unidas.

Tem a palavra o nobre Senador Vivaldo Lima.

O SR. VIVALDO LIMA:

(Lê o seguinte discurso).

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Certa tarde da semana finda, ao abrir determinada correspondência, encontro no seio dela largo envelope em cujo canto superior esquerdo, ladeando sugestivo emblema, se via o pomposo título de uma organização mundial, em três idiomas: United Nations. Nations Unies, Nações Unidas.

Dentro, a seguinte circular mimeografada que é do teor adiante:

"No próximo dia 24 de outubro, as Nações Unidas estarão comemorando seu décimo-sexto ano de atividade em favor da paz e da prosperidade mundiais. No caso do Brasil, trata-se não somente de uma data magna internacional como também de uma verdadeira festa nacional: o dia 24 de outubro de 1961 marcará também o décimo-sexto aniversário da colaboração deste país ao trabalho das Nações Unidas — organização de que o Brasil é membro fundador e que tem recebido o apoio constante do povo e do governo brasileiros.

Anualmente o 24 de outubro tem constituído não apenas motivo de rejóio para as nações que lutam pelo desenvolvimento econômico e social, dentro de um ambiente de paz e boa vontade universais, como também um estímulo a que os indivíduos e as instituições públicas e privadas contribuam para o trabalho de divulgação das Nações Unidas, de suas realizações e de seus objetivos".

E' o que visa a sua Representação no Brasil, quando conclui a circular em questão reafirmando que, com tal objetivo, espera de todos nós, sobretudo os nacionais, a guisa de cooperação, a melhor divulgação possível quanto ao material informativo enviado junto.

Que é que diz, em substância, a sua principal peça? Apenas tudo isto que passo a ler:

Há dezesseis anos, os representantes de cinquenta Países, compartilhando a memória cruel da guerra mundial e a decisão de impedir nova conflagração, formularam um código de condu-

ta, para as Nações, destinado a banir a guerra, manter a paz e garantir uma vida melhor para todos os povos.

Esse código era a Carta das Nações Unidas. Entrou em vigor a 24 de outubro de 1945. Desde então, ano após ano, a data vem sendo comemorada em todo o mundo como o Dia das Nações Unidas.

Muitas tem sido as transformações que varreram o mundo desde a assinatura da Carta. Das mais profundas foi a constante ascensão do sentimento nacional, levando numerosos países à independência. Ao assumir seus lugares entre as Nações Unidas, esses novos Estados soberanos aumentaram o âmbito, fortaleceram a autoridade moral e enriqueceram a sabedoria coletiva da Organização. Somente no ano passado dezessete novos países — dos quais dezessais africanos — foram admitidos às Nações Unidas. Contando hoje com noventa e nove membros, a Organização já se prepara para receber novos Estados ora no limiar da independência.

Simultaneamente, outras mudanças se foram verificando, tais como o aumento expressivo da população mundial e os progressos revolucionários da ciência, que levaram o homem a dominar o átomo e a estender seu alcance aos limites do espaço exterior.

Essas e outras transformações menos dramáticas marcaram com seu impacto as Nações Unidas. Reflexo e fator da vida internacional, a Organização teve de adaptar-se à evolução que lhe aumentou não só o âmbito como as responsabilidades.

O passar dos anos tem enriquecido a experiência das Nações Unidas. Seus métodos de cooperação internacional, tem sido aplicados com êxito a todo tipo de problema. A Organização tem tido ocasião de circunscrever e controlar situações inflamáveis. Tem detido agressões. Seus programas humanitários tem suavizado a sorte dos refugiados e arrebatado milhões de crianças à doença e à fome. Planejou e executou um sistema de ajuda recíproca entre as regiões desenvolvidas e as menos desenvolvidas. Seja diretamente, seja através das agências intergovernamentais que lhe estão vinculadas, a Organização tem representado, no plano internacional, o papel de policial, economista, cientista, jurista, médico, assistente social, banqueiro e muitos outros.

As Nações Unidas têm proporcionado a partes em disputa um terreno neutro de encontro, onde a influência moderadora e conciliatória da Organização tem ajudado a reduzir os pontos de atrito e a ampliar as áreas de acordo. De seus concílios de povos tem surgido instrumentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração dos Direitos da criança e, ainda recentemente a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais — que decerto não de influir no curso da evolução humana.

Nos últimos meses temos assistido ao maior empreendimento a que já se dedicou, diretamente, a Organização: suas operações no Congo. A situação nesse país tem sido de tal modo complexa, dando lugar a tanta e tão amarga controvérsia, que se impõe recordar certos fatos fundamentais frequentemente postos de lado.

A República do Congo solicitou a ajuda das Nações Unidas, que prontamente atenderam a esse apelo. Foi organizado rapidamente um dispositivo de auxílio militar e civil. Vários Estados membros contribuíram com tropas para a ajuda a restauração da lei e da ordem, segundo a solicitação dos congolezes, até que estes se encontrassem em posição de manter a segurança interna de seu país. Contribuições financeiras de Estados membros, canalizadas através das Nações Unidas, possibilitaram o funcionamento da rede de assis-

ência civil essencial. Essa ação das Nações Unidas tem sido noticiada pelos princípios da Carta e pelo mandato confiado nas resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral. Seu único objetivo tem sido colocar o povo consoante em condições de decidir seu destino e dirigir seus próprios interesses.

Em todos os problemas que foi chamado a equacionar nos últimos anos, a Organização tem sido obrigada a reconhecer e enfrentar as realidades de uma situação mundial cujas principais potências se encontram em posições antagônicas. Num mundo assim dividido, entre posições opostas, as Nações Unidas não mais que nunca necessitam.

Para oportunidades que oferece, de dentro público e de contínuo contato diplomático e pela importante influência moderadora que as nações menores e não comprometidas podem exercer, dentro do conteúdo da Organização, sobre as discussões e decisões de relevância internacional e por representar a comunidade dos povos das Nações Unidas, constitui uma verdadeira ponte entre grupos de potências adversas.

Do mesmo fôlego, através de seus programas, cada vez mais amplos, de desenvolvimento econômico e social, as Nações Unidas e sua família de agências interrelacionadas contribuem constantemente para reduzir a desigualdade entre as oportunidades e os níveis de vida que prevalecem nas diferentes regiões, assim contribuindo para a remoção de um fator de discordância internacional.

O DIA DAS NAÇÕES UNIDAS é ao mesmo tempo um símbolo e um desafio. Simboliza a sociedade dos povos que trabalham unidos pelo bem comum. É seu desafio é tornar tal sociedade tão eficiente que possa garantir ao mundo paz e prosperidade permanentes.

Sr. Presidente. Creio que foi do maior interesse e oportunidade a leitura deste momento impresso, contendo valiosas informações sobre a poderosa organização, ora reunida em assembleia geral na sua monumental sede em New York, a 16ª, desde sua fundação em 1945.

No entanto, neste ano, os solenidades tradicionais do Dia das Nações Unidas, tão austeras quanto impressionantes, estão expandidas, sem dúvida, com o trágico desaparecimento em desastre avião, do seu grande e prestigioso Secretário-Geral, Dag Hammarskjöld, quando em missão oficial ao conturbado Congo, individualidade singular e muito acatada naquele cenário internacional, cuja substituição tanto preocupa as nações integrantes e que até o presente momento ainda não pôde ser efetivada.

Enquanto isso ocorre, estalando de seu elemento dinamicamente e realizando, que deixou, incontestavelmente, profunda marca no pósto-chave da internacional instituição, de difícil preenchimento nos tumultuosos tempos atuais, procura resistir, contudo o seu plenário para a interdição singular de equacionar os problemas em pauta.

Todavia reconhecendo, por motivos sérios, que tem atravessado, como anteriormente aconteceu períodos bastante críticos, por vezes até seriamente ameaçados, quanto à sua própria sobrevivência, entretidas com certa dificuldade, não obstante, pela determinação de maiores coordenação.

As constantes lutas entre as blocos políticos, característicos do atual mundo, as dificuldades construídas, representando o aumento de profundidade do conflito, não.

Hoje volta a ser o maior desafio a manutenção da paz e da liberdade de Informação, entre outras, que há muitas vezes, figuram na Ordem do Dia de suas assembleias gerais, sem, con-

tudo, diluir-se ainda quando ao seu texto definitivo para a glória da humanidade e de sua livre manifestação de pensamento e intercâmbio amigável de notícias, sem as penas dos alegres.

Agora se alinha entre os melhores, fadado, no entanto, a longo caminho na pauta dos trabalhos, outra esplêndida ideia consubstanciada no já louvado projeto de Declaração sobre a Concessão da Independência aos Povos e Povos Coloniais, recentemente apresentada.

Depois de muito esforço em 1959, na XIVª Assembleia Geral, no mês de Natal, concluiu-se a votação de um texto da maior relevância, que o mundo hoje conhece como um dos melhores instrumentos de cunho social surgidos das eleições gerais e multilateral plenário e Decretos dos Direitos da Criança.

Paralelamente, de entendimento as delegações integrantes quanto a análise dos assuntos de ordem política ou ideológica.

Nesse ínterim, o tomário sofre paradas sem conta, prejudicando a transmissão das dezenas de temas de interesse da comunidade internacional.

A O.N.U. é, sobretudo, uma assembleia política. Assim, é óbvio compreender-se por que tais questões apaixonam lá os espíritos, elevando o equacionamento de problemas que dizem respeito a autodeterminação dos povos e seu bem-estar social.

Apenas, como delegado que fui, participante da Representação do Brasil à XIV Assembleia Geral de 1959, não pude deixar de concordar com os que se insurgiam diante de tal estado de coisas e forçaram a que as questões de cunho doutrinário não prevalecessem e motivassem a hibernação na pauta dos demais e transcendentes assuntos.

Assim foi possível, naquela ocasião, chegar-se a conclusões promissoras ao cerrar os seus majestosos umbrais na madrugada de 13 de dezembro, antes transpondo-os com ênfase ao resto do mundo a avizoreira notícia da decisão final sobre a Declaração dos Direitos da Criança.

Ora reunida novamente, pela décima-sesta vez, enfrenta críticas situações, criadas perigosamente em ocasiões de todos os continentes. As contradições incessantes sucedem-se em alarmante ritmo e intensidade.

As potências de primeira grandeza manifestam-se de acordo com suas preferências, pouco importando as consequências advindas de tais atitudes. A O.N.U. advoga para o seu plenário, com toda a firmeza, a palavra final sobre as complexas questões.

Não obstante, vivem no seu sagrado recinto o ruído ensurdecedor e alucinante das explosões nucleares.

Impassível, prossegue no exame dos problemas novos que, mais uma vez, perturbam e protegem as decisões alinhadas para as importantes proposições de elevado sentido humanitário, em tantos países já adiadas ante a prevalência dos assuntos políticos, que empurram ou emendam.

Talvez, neste dia de gala, comemorativo de mais um aniversário de fundação os ânimos arrefeceram-se em todos os focos de agitação, em justa e louvável pausa para breve meditação — por 24 horas que seja — a fim de que o bem-sineto e a compreensão de quem os espíritos atribuídos e deturcados, noticiando-os no sublimar tempo da tranquilidade, da paz social e da grandeza da humanidade.

Attingindo tal culminância, enfim, nesse aureolado momento, bendito

seja a Organização das Nações Unidas! (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a leitura do Expediente. Tem a palavra o nobre Senador Saulo Ramos.

O SR. SAULO RAMOS:

(Não foi recebido pelo orador). — Sr. Presidente, os Anais do Senado estão enriquecidos com o discurso de homenagem prestado ao grandes feitos da imprensa brasileira e suas agências noticiosas, no comemorativo mais um ano de sua existência.

Nada mais justo que, no dia de hoje, o Senado da República reconheça e louve a nobre atuação e grande atividade noticiosa da Asapress, que está comemorando o seu 19º aniversário de trabalho de alto padrão, sem interrupção no âmbito nacional e internacional.

(Lendo).

Fundada em outubro de 1942 desde então vem a Asapress, prestando relevantes serviços, na divulgação de notícias de interesse servindo com exemplar destinação aos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.

Com relação ao Congresso, merece destaque a colaboração que tem na divulgação dos seus trabalhos parlamentares, depois da mudança para Brasília, de 1960, apesar das dificuldades locais, jamais deixou de transmitir um dia sequer o noticiário das sessões da Câmara e do Senado da República.

Sr. Presidente, principalmente nas horas críticas da nacionalidade em plena crise, a Asapress de Brasília estava ao conhecimento do povo brasileiro a atuação do Congresso Nacional, nas horas difíceis que a Nação atravessou, com algumas situações agravadas pelas Forças Armadas e que sacudiram o civismo desta Pátria. Naquelas horas, a Asapress deu conhecimento à Nação da atitude alta e soberana desse Congresso, que não aceitou a Varnação da Constituição, negando-se a votar o impedimento da posse do Sr. Vice-Presidente da República.

Para felicidade nossa, a Asapress, como todas as outras Agências, acumulava então o povo, demonstrando que a mudança do sistema presidencialista para o parlamentarista era resultado de um trabalho incansável do Congresso Nacional e do grande Líder e precursor do parlamentarismo, o D. pulido Raul Pila, deputado de Silveira Martins, que contava com a maioria de assinatura.

Nesta hora de crise é que deveríamos mudar de sistema de governo, deixando o presidencialismo, que fracassara, para atuarmos dentro da órbita do parlamentarismo que, sem dúvida, uma esperança para a nacionalidade. Foi, nesta circunstância que o Presidente desta Casa, o nobre Senador Auro de Moura Andrade, com sua atitude enérgica e inquebrantável soube elevar o Congresso Nacional e se impôs como um dos grandes vultos da nossa Pátria.

Reconhecendo os serviços prestados pela Asapress, o Senado não pode deixar de associar-se às homenagens que, através da imprensa vêm sendo tribuídas aos vários personalidades brasileiras, entre as quais avulta a figura de Sua Eminência o Cardeal Arcebispo de São Paulo, tanto mais que se trata de uma agência de notícias genuinamente nacional hoje aparelhada com o mais rápido e mais completo sistema de comunicação da América do Sul.

Sr. Presidente, quero que conste dos nossos Anais esta homenagem prestada à Asapress, na pessoa do seu Diretor-Presidente, Dr. Francisco de Paula Monteiro Machado, e con-

gratulo-me com os seus funcionários e todos aqueles que, de modo direto ou indireto, colaboraram nos serviços, modelares que a Asapress oferece, o que pela sua repercussão nacional e internacional, nos dá certeza de que essa empresa constitui hoje um dos grandes eixos da unidade nacional. (Muito bem!)

Durante o discurso do Senador Saulo Ramos, o Sr. Cunha Medeiros e o Sr. Arcoverde de Albuquerque.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lima Torres.

O SR. LIMA TORRES:

(Não foi recebido pelo orador). — Sr. Presidente, permito-me V. Ex. que aproveite a oportunidade para agradecer ao Sr. Ministro da Justiça, Sr. Cavalcanti, para fazer sentir o Sr. Lima Torres, um dos integrantes do Gabinete ministerialista, que as observações que venho fazendo não são contra o que o povo deseja satisfeito, pelo menos na primeira fase, com o parlamentarismo.

Sabe V. Ex. que fui dos que agora bataram pela aprovação da Emenda Parlamentarista.

Assim, da mesma forma que reclamou, desta tribuna, contra a falta de planejamento do Governo João Quadros e de medidas ativas para pôr o parafuso à constante ascensão do custo de vida, venho hoje alertar o Conselho de Ministros para a situação que o País atravessa.

Tive notícia hoje, no Palácio do Planalto, de que foi instaurada e criada uma comissão constituída pelos Srs. Ministros da Fazenda, da Agricultura, da Indústria e Comércio, do Trabalho e da Viação e Obras Públicas, para tratar do assunto custo de vida, com urgência. No entanto, decorridos treze dias, a comissão não realizou mais que uma reunião, no Rio de Janeiro, e até agora não se tem conhecimento do que tratou e de providências porventura determinadas para debelar a alta dos preços.

Hoje chego à conclusão — permito-me diz-lo, Sr. Presidente — de que não está havendo pessimismo de parte do povo brasileiro.

Não! O que está havendo, são apreensões quanto aos rumos que os acontecimentos estão tomando. Sentimos encaminhar-se para portos que não tribuna, sempre combatentes.

Mai terminamos de assistir a fúria dos novos níveis salariais e esboço de greve dos bancários. São decorridos cinco dias e a parede não tem fim. Os Bancos estão paralisados.

Bem pode o Senado imaginar o prejuízo que isto representa para a Nação. Por outro lado, o Funcionário Público pleiteia, e com razão, o reajustamento de vencimentos. Toda vez que se anuncia um aumento salarial, o custo de vida infla e a situação piora. Foi função da rapidez da comunicação, inexistente antes, — existem os meios e meios — o preço da informação sobre a maneira como se dá.

Se atentarmos para o problema da moradia, observaremos que apartamentos de quarto e sala procurados pelas pessoas de pequenas rendas e que só podem adquirir casa própria a prazo longo, os quais estão vendidos, há uma semana, a um milhão de cruzeiros, saltaram para um milhão e quinhentos mil cruzeiros. Note-se que muitos desses preços dos apartamentos já estavam em fase de conclusão. Tudo isso se faz sob a alegação de que é devido aos novos níveis de salário mínimo.

Dentro de mais algum tempo assistiremos, provavelmente, ao reajustamento dos vencimentos do Funcionário Público Civil, que também tem sobejas razões para pleiteá-los, e então nos defrontaremos com novo aumento do custo de vida.

O Sr. Sérgio Maranhão — Nobre Se-
nador Lima Teixeira, não atire a pe-
neira pela janela.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Temos recebido telegramas de pessoas interessadas na solução do problema.

O Sr. Sérgio Marinho — Senador Lima Teixeira, quanto tempo V. Exa. levou para relatar a Lei Orgânica da Previdência Social? Se não me engano, três meses. V. Exa. não pode dizer que o assunto era mais importante do que o Projeto do Código de Telecomunicações.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Na Lei Orgânica da Previdência Social não havia premissa. O projeto tramitava há muito no Congresso e só na Câmara dos Deputados demorou dez anos. No Senado foi que demorou o menor tempo. A esse projeto a Comissão, por meu intermédio, como seu presidente, ofereceu cento e dez emendas, alterando-o substancialmente. Mas, mesmo assim, sabe V. Exa. como o projeto, de tamanha magnitude, foi recebido. Debateram-no as classes trabalhadoras que têm o cuidado de reunir, e, finalmente, pôde ser aprovado, no Congresso, sem choques, sem atritos.

O Sr. Sérgio Marinho — Até agora não tem havido choques nem atritos no estudo do projeto de Código de telecomunicações.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Desculpem V. Exas. a franqueza com que estou me referindo, desta tribuna, ao assunto, mas não quero que o Sr. Jânio Quadros declare com razão que o Congresso não colaborou no seu Governo. Não levem V. Exas. a mal minhas palavras, pois elas têm propósito construtivo.

Vejamos quais os projetos em atraso nesta Casa. Procuremos dar-lhes solução, com o sentido de colaborar com o Governo parlamentarista, para que ele saia da situação em que se encontra, e, sobretudo, possa combater a alta do custo de vida, pois a crise é de estômago. Não acredito em crise militar porque elas não se ajustam mais ao progresso deste País.

O Sr. Cárlos de Castro — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Pois não.

O Sr. Cárlos de Castro — V. Exa. sabe melhor do que eu que não tivemos crise militar. O que se passou em agosto no foi crise militar, mas uma crise dos ministros militares. Três homens resolveram modificar a situação do Brasil a seu bel-prazer, e quando apelar para os componentes das Forças Armadas, viram suas idéias repudiadas. Verificando o equívoco em que incorriam, foram obrigados a ceder.

O SR. LIMA TEIXEIRA — V. Exa. tem razão. Tudo não passou de um movimento frustrado, provocado por Generais de "burcau", sem força para comando. Não acredito que determinações desses eminentes militares no sentido de ferir a Constituição fossem obedecidas pela tropa. Não há mais clima para golpes de Estado, neste País. Há, isto sim, grande preocupação do povo em torno dos acontecimentos da hora presente, principalmente quanto a ascensão vertiginosa do custo de vida que é preciso combater e ajudar o Governo a vencer.

No momento em que está nesta Casa o Sr. Ministro da Justiça, lembro a S. Exa. a necessidade de a Comissão há treze dias nomeada para estudar o problema, composta dos Srs. Ministros da Fazenda, da Agricultura, da Indústria e Comércio, do Trabalho e da Viação, informar o Gabinete sobre suas atividades. Desejo uma notícia do Gabinete. Não quero um governo parado, principalmente um Governo a cuja frente está o chefe do trabalhismo, meu amigo Dr. João Goulart, em quem sinceramente acredito.

Na verdade, o Presidente João Goulart é um grande líder, e cheguei

mesmo a aventar a hipótese de S. Exa. anteciper-se ao Gabinete nas providências para a solução dos problemas do Brasil, sobretudo do mais angustiante de todos — o custo de vida.

Aos meus colegas do Congresso daqui apelo no sentido de que se empenhem pelo andamento mais rápido dos projetos capazes de ajudar o Governo parlamentarista.

O Sr. Nogueira da Gama — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com prazer.

O Sr. Nogueira da Gama — Não sei se V. Exa. fala como Líder da Maioria ou em seu próprio nome. De qualquer maneira, as manifestações de V. Exa., neste momento, são inteiramente procedentes. A crise econômico-financeira que o Brasil enfrenta é muito grave e a situação não pode continuar como esta.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Falo como Líder da Maioria, certo de que não há, nesta Casa, quem não deseje que o Governo parlamentarista acerte. É o pensamento da Maioria.

O Sr. Daniel Krieger — Muito bem.

O Sr. Nogueira da Gama — O povo não pode continuar sofrendo por mais tempo a situação de angústia em que vive, no momento. Quando disse não saber em que qualidade V. Exa. ocupa a tribuna...

O SR. LIMA TEIXEIRA — Interpreto o pensamento da Maioria.

O Sr. Nogueira da Gama — ... não tive segunda intenção. De qualquer maneira, V. Exa. nos traz manifestação inteiramente procedente.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Muito grato a V. Exa.

O Sr. Nogueira da Gama — Creio que V. Exa., falando como Líder da Maioria, não tem qualquer intenção de fazer críticas ao atual Governo.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Pelo contrário. Estou querendo que o Governo acerte, que corrija os erros.

O Sr. Nogueira da Gama — Aliás, este Governo não é responsável pela situação calamitosa que atravessamos. Digo mesmo que nenhuma responsabilidade lhe cabe, pois já encontrou o País nesta situação.

O Sr. Sérgio Marinho — V. Exa. tem razão.

O Sr. Nogueira da Gama — Como bem acentuou o nobre orador, este Governo tem um mês e dias. Recebeu o País saído de uma crise política muito grave...

O Sr. Paulo Fender — Com cinquenta bilhões de cruzeiros emitidos.

O Sr. Nogueira da Gama — ... durante a qual foram emitidos cinquenta bilhões de cruzeiros, como bem acentua o nobre Senador Paulo Fender. Diz o senador Lima Teixeira que há treze dias foi nomeada uma Comissão...

O SR. LIMA TEIXEIRA — Só houve mesmo uma reunião.

O Sr. Nogueira da Gama — ... quando houve distribuição de tarefas e coleta de dados. A Comissão distribuiu uma nota à imprensa anunciando sua disposição de examinar o assunto sob todos os ângulos. Trata-se, como V. Exa. não ignora, de um órgão interministerial.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Cinco Ministros.

O Sr. Nogueira da Gama — Creio que não podemos criticar nem mesmo esta Comissão, porque os problemas vêm de longo tempo. Nomeada para apresentar sugestões, para propor planos e esquemas, para combater a

alta decorrente da inflação, não lhe é possível fazer tudo isso em 13 dias. A situação é muito séria. O Sr. Jânio Quadros, durante sete meses, ocupou o Governo da República, anunciou várias providências, teve o apoio do Congresso, inclusive da Oposição. Nos mesmos que o combatemos, o fizemos sempre com espírito construtivo, com respeito a pessoa de S. Exa. O Governo Jânio Quadros enviou ao Congresso a Mensagem sobre a Lei Anti-Truste. V. Exa. deve ter ouvido os discursos proferidos da Câmara dos Deputados e lido os comentários da imprensa a respeito do texto dessa Lei; era considerada uma Lei água-de-flor de laranjeira. Deu grande trabalho à Câmara para elaborar um diploma em condições de produzir algum resultado, e é esse diploma que está hoje submetido ao Senado. O problema é complexo. Devemos insistir, como V. Exa. está fazendo, mas não levar o nosso ponto-de-vista, o nosso combate ao ponto de fazer injustiça ao Governo iniciado recentemente, que não é responsável pela situação e está unido dos melhores propósitos de corrigir os males com que recebeu a direção do País.

O Sr. Paulo Fender — V. Exa. diz uma grande verdade.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Permite V. Exa. que o diga, mas aqui talvez nenhum de V. Exa. tenha maior aproximação com o Sr. Presidente da República do que eu; pode ser que, pelo menos, estejam em igualdade de condições.

O Sr. Nogueira da Gama — Todos nós temos grande aproximação com o Presidente da República. Mas não é este o aspecto sob o qual devemos examinar o assunto.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Então o meu papel, nesse particular — porque me sobra autoridade para tanto — é exatamente o que estou fazendo. Uma crítica, mas crítica construtiva, pedindo solução urgente para determinados problemas. Se não tomarmos providências para deter, pelo menos, sustar a ascensão contínua do custo de vida, estaremos concordando com aqueles que consideram inoperante o atual Governo. Cabe-nos, de antemão, chamar a atenção dos nossos dirigentes. Hoje, não sei se há Oposição. Mas, é necessário que alguém venha à tribuna fazer aquilo que estou fazendo, o mesmo que fazia quando combatia o Sr. Jânio Quadros por não ter um plano de Governo. Com sete meses de atividades, S. Exa. não apresentou sequer um plano a que pudesse dar início, para corresponder aos anseios de seus inúmeros eleitores que esperavam de S. Exa. um bom Governo. As medidas moralizadoras que tomou, durante esse período, reconhecamos, foram salutares, mas sem sequência.

Pouco dotado de bom-senso, perdeu-se S. Exa. no emaranhado dos problemas. O Sr. João Goulart, líder que se firmou em várias eleições, chefe de Partido, com altos deveres como político — enquanto o Sr. Jânio Quadros não se filiava a nenhuma agremiação era personalista — sente as responsabilidades dessas várias eleições em que o povo lhe manifestou a sua confiança. Eleito dentro de um regime presidencialista, hoje no regime parlamentarista, sente-se, de certo modo, cerceado, pois que suas deliberações são submetidas ao Conselho de Ministros.

Eis que assim me manifesto, Sr. Presidente, para que a responsabilidade dos fatos não recaia sobre o Presidente da República.

O Sr. Sérgio Marinho — V. Exa. está invertendo a mecânica do sistema.

O SR. LIMA TEIXEIRA — É preciso que S. Exa. se antecipe no programa de governo.

O SR. PRESIDENTE:

(Fazendo soar os tambores) — Lembro ao nobre orador que está a finalizar-se o tempo de que dispõe.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Terminarei em poucos minutos, Sr. Presidente.

O Sr. Sérgio Marinho — Afirma V. Exa. que o Presidente da República submete suas decisões ao Presidente do Conselho? Mas o Presidente da República não governa pelo regime parlamentarista, e sim o Presidente do Conselho de Ministros. V. Exa. sabe o melhor que eu.

O SR. LIMA TEIXEIRA — O Ato Adicional nº 4, declarei, deu ao Presidente da República a faculdade de nomear. Essa é a sua principal função, mas sujeita ao referendo dos Ministros de Estado.

O Sr. Sérgio Marinho — O ato de nomeação só se completa com a assinatura do Primeiro Ministro.

O SR. LIMA TEIXEIRA — De certo modo, o Presidente fica cerceado nessa faculdade que o Ato Adicional lhe concedeu.

Ao terminar as minhas considerações, Sr. Presidente, peço permissão para dizer aos nobres membros do Conselho de Ministros que tenho a todos eles como amigos, mas acima dessa amizade e da atenção pessoal que lhes devo, está a representação do meu Estado e os interesses do povo brasileiro pelos quais devo lutar. É o que faço ao ocupar esta tribuna.

Como Senador pela Bahia que apoia o Governo, chamo a atenção do Sr. Presidente da República para os problemas que afligem o povo. Peço ao Primeiro Ministro, atualmente ausente de Brasília, que leve em consideração a necessidade de o Conselho de Ministros funcionar permanentemente, a fim de, com a maior eficiência, encerrar os problemas nacionais com seriedade e tentar soluções capazes de minorar um pouco a nossa vida cheia de vicissitudes.

O povo brasileiro aguarda de Governo parlamentarista soluções que atendam às reivindicações sociais e às suas necessidades prementes.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

Durante o discurso do Sr. Lima Teixeira, o Sr. Argemiro de Figueiredo deixa a Presidência, assumindo o Sr. Gilberto Marinho e posteriormente o Sr. Argemiro de Figueiredo.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

O SENHOR SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Gaspar Veloso, para uma comunicação.

O SR. GASPAR VELOSO — (Para uma comunicação. Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, é para mim bastante agradável ocupar a tribuna, neste fim de sessão, para dar ciência à Casa do telegrama que acabo de receber do eminente Deputado Virgílio Távora, Ministro da Viação e Obras Públicas, sobre assento que se relaciona com o meu Estado.

O telegrama diz o seguinte:

"Apraz-me comunicar a V. Exa. que coloquei à disposição do Governo do Paraná duzentos e noventa Milhões de cruzeiros para a conclusão da ferrovia Apucarana — Ponta Grossa, certificando o Tribunal de Contas. Saudações. (a) Virgílio Távora, Ministro da Viação".

Para quem conhece o Paraná, especialmente a zona produtora de Apu-

carana, verdadeiro manacial, capaz, por si só, de abastecer os mercados de consumo do Rio de Janeiro e São Paulo, a notícia contida neste telegrama é deveras auspiciosa.

O Sr. Alô Guimarães — Permite V. Exa. um aparte?
O SR. GASPAR VELOSO — Pois não.

O Sr. Alô Guimarães — Quero associar-me à manifestação de V. Exa., que vem criar um sentido novo para o progresso paranaense e, notadamente, do Brasil. Essa notícia que nos dá o Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas é realmente auspiciosa, porque a ferrovia "Apucarana-Ponta Grossa" é via natural de escoamento dos produtos que possuímos e volta aspiração do nosso Estado: trazer região Norte do Paraná — celeiro da do nosso Estado e do Brasil — toda a produção, através de Ponta Grossa, para os outros Estados do Brasil e para o exterior, através do porto de Paranaguá. Por isto, a medida não é só do interesse do Paraná, mas também de cunho nacional. Portanto, quero congratular-me com S. Exa., o Sr. Ministro da Viação pela atitude que acaba de tomar, de conceder verba ao Paraná para realizar esta importante obra. Assim, quero associar-me ao pronunciamento do nobre Senador Gaspar Veloso que, nesta hora, dá ao Brasil e ao Paraná esta notícia excelente, que vem trazer nova fé nos destinos do nosso Estado e do Brasil.

O SR. GASPAR VELOSO — Agradeço ao eminente colega de bancada, o nobre Senador Alô Guimarães, que completou, com suas palavras, o que eu devia dizer ao Senado sobre a função exercida pelo ramal de Apucarana-Ponta Grossa.

Sr. Presidente, nesta hora quero expressar o júbilo da Bancada paranaense, representada por mim e pelos eminentes Senadores Alô Guimarães e Nelson Maculan e pelo ex-Senador atual Deputado Federal, Othon Mäder.

O Sr. Alô Guimarães — V. Exa. faz justiça ao nobre representante do Estado do Paraná, deputado Othon Mäder.

O SR. GASPAR VELOSO — ... que nesta Casa travou renhidas batalhas para tornar realidade a notícia que hoje nos transmite o Exmo. Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, Deputado Virgílio Távora, a quem o Paraná, pela minha voz, agradece. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido.

E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento n. 408, de 1961

Dispensa de interstício

Nos termos do art. 211, letra n, do Regimento Interno, requero dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 1961, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1961 — Jarbas Maranhão — Gilberto Marinho.

O SR. PRESIDENTE

Vai ser lido outro requerimento.

E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento n. 409, de 1961

Dispensa de interstício

Nos termos do art. 211, letra n, do Regimento Interno, requero dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1961, que cria o Instituto de Previdência dos Congressistas a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1961 — Caiado de Castro.

O SR. PRESIDENTE

Os projetos a que aludem os requerimentos, figurarão na Ordem do Dia da próxima sessão.

Passa-se à

ORDEN DO DIA

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 1961 — nº 38, de 1959, na forma de origem: "que concede ao Instituto Brasileiro de Investigação da Tuberculose o auxílio de Cr\$ 59.000.000,00, para a construção de um Hospital de Cirurgia Torácica incluindo na Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão anterior, a requerimento do Sr. Senador Adolfo de Carvalho", tendo pareceres favoráveis sob nºs 583 e 584, de 1961, das Comissões de Saúde Pública e de Finanças.

A discussão foi encerrada na sessão de 20 do corrente, não tendo sido feita a votação por falta de número. Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (Ausos) Aprovado.

E' o seguinte

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111 — 1961

(Nº 38-B, de 1959 na Câmara)

Concede ao Instituto Brasileiro de Investigação da Tuberculose o auxílio de Cr\$ 59.000.000,00 para a construção de um Hospital de Cirurgia Torácica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica concedido ao Instituto Brasileiro de Investigação da Tuberculose (I. B. I. T.) o auxílio de Cr\$ 59.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), destinado à construção do seu Hospital de Cirurgia Torácica, a ser distribuído no Orçamento do Ministério da Saúde, durante 2 (dois) exercícios consecutivos em parcelas iguais.

Art. 2º O I.B.I.T. reservará 25% (vinte e cinco por cento) dos leitos existentes no Hospital para o tratamento médico-cirúrgico de indigentes.

Art. 3º O I.B.I.T. ou instituição que lhe venha a suceder ficará, no caso de venda, alienação ou destinação diversa do Hospital, obrigada a restituir à União Federal a importância do auxílio ora concedido, acrescida da valorização que se verificar.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE

O projeto vai à sanção.

Discussão única do Requerimento nº 407, de 1961, do Senhor Daniel Krieger e outros Senhores Senadores, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, de documentos referentes às comemorações do "Dia do Aviador".

Não havendo quem faça uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

O SR. DANIEL KRIEGER:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao terminarem os festejos da "Semana da Asa", tomamos conhecimento de três pronunciamentos importantes, incluídos em ordem do dia: do Ministro da Aeronáutica; o discurso proferido pelo Ministro da Marinha, Almirante Angelo Nolasco de Almeida, que também falou em nome do Exército; e o agradecimento do titular do Ministério da Aeronáutica, Brigadeiro Clóvis Travassos.

Os três, Sr. Presidente, e Srs. Senadores, são uma expressão do sentir das Classes Armadas do Brasil. Nêles se ratifica o propósito da defesa intransigente das instituições, da obser-

vância da disciplina e da hierarquia militar e também, Sr. Presidente, o propósito de combater os extremismos, tanto da direita quanto da esquerda, porque ambos são nefastos e contrários ao sentimento democrático do País.

Tratando-se de manifestações sóbrias, em que os militares das três Armas evidenciam os seus desígnios de servir ao Brasil e ao regime democrático, creio, Sr. Presidente, e Senhores Senadores, que a transcrição desses discursos nos Anais do Senado, na atual conjuntura do Brasil, será, além de homenagem às Classes Armadas, que bem a merecem, um fato que se registra, para que, no futuro, se escreva a História do Brasil.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. DANIEL KRIEGER — Com prazer.

O Sr. Fernandes Távora — A transcrição desses discursos representa, realmente, um dos maiores serviços que o Congresso Nacional poderia prestar à Nação.

O SR. DANIEL KRIEGER — Obrigado a V. Exa. Não podemos, Senhor Presidente, deixar de reconhecer os inestimáveis serviços que têm prestado ao Brasil as nossas Classes Armadas, desde o Brasil Colônia, à Independência, ao Império e à República. Têm sido constantes e fiéis à vocação de servir à Pátria, em todos os movimentos que se têm provocado, quando se têm pronunciado por solicitação, muitas vezes, dos políticos do Brasil, mas o Brasil constitui uma magnífica exceção no Continente Americano. Nunca os militares fizeram qualquer pronunciamento em proveito seu, sempre, certos cu errados, acertada ou erradamente, eles se inspiraram no amor da Pátria e nas convicções liberais que têm sido a bússola que os têm guiado, através de toda a trajetória gloriosa do Brasil.

O Sr. Fernandes Távora — Faz V. Exa. esplêndida justiça aos nossos bravos soldados que, em todos os tempos, demonstraram que, quando agiam, era simplesmente procurando servir à Nação. Se erraram algumas vezes, nem por isso deixa a sua ação de produzir efeito mais hoje mais amanhã, sempre demonstrando, porém, sua nobreza e correção em todos os seus atos.

O SR. DANIEL KRIEGER — As Classes Armadas do Brasil, integradas pelas três Forças — pelo Exército, pela Marinha e pela Aeronáutica — são, sem nenhuma dúvida, a estrutura em que assenta o futuro da Pátria e a legalidade do Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, pedindo a transcrição desses três magníficos pronunciamentos, feitos ao ensejo da comemoração da "Semana da Asa" em que se presta um tributo ao maior gênio do Brasil, que é Santos Dumont, tenho em vista unir o gênio do grande cidadão, que ele foi, aos altos ideais democráticos das nossas Forças Armadas, sobre cujos ombros repousa a responsabilidade da defesa das instituições democráticas.

Sr. Presidente, pedindo por isso a transcrição desses oportunos discursos, faço-o com a serenidade e a tranquilidade de consciência. Não viso a nenhum objetivo político, mas os superiores interesses da minha Pátria, que não concebo fora do regime democrático, da legalidade, da ordem e da liberdade. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

O SR. PAULO FENDER:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, acolhendo, com todas as veras do meu patriotismo, as vibrantes palavras pronunciadas pelo eminente Senador Daniel Krieger no encaminhamento da votação do Requerimento, trago a afirmação do Partido Trabalhista Brasileiro de apreço ao gesto nobre do digno representante do Rio Grande do Sul. Não poderia, porém, deixar de assina-

lar, neste passo, que foi o Presidente Getúlio Vargas quem, no Brasil, iniciou o movimento aeronáutico. Foi Getúlio Vargas quem, durante o Estado Novo, incrementou a Aeronáutica civil, acolhendo a atuação destacada do ilustre e incansável brasileiro que é Assis Chateaubriand, fundando em todo o território nacional vários postos de aeronáutica civil, isto é, os Aeroclubes.

Culminando com esse movimento aeronáutico surgiu a necessidade imperiosa de criação da arma aeronáutica, e essa foi instituída no Governo do Presidente Vargas, sendo o primeiro Ministro da Aeronáutica neste país o notável e saudoso brasileiro Salgado Filho, a quem devemos, neste momento, uma palavra de saudade que registre o reconhecimento da Nação pelo muito que fez a favor da aeronáutica brasileira.

Estas as homenagens que devia trazer em nome do meu Partido, em apoio à tramitação do Requerimento do nobre Senador Daniel Krieger, não sem deixar de fazer o merecido elogio a esses dois grandes gaúchos na vida brasileira, Getúlio Vargas e Salgado Filho. (Muito bem).

O SR. CAIADO DE CASTRO:

(Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, não era de meu desejo pronunciar-me sobre as homenagens que estão sendo prestadas à Aeronáutica.

O nobre Senador Daniel Krieger já definiu de forma magistral a razão de ser da incorporação destes documentos aos Anais do Congresso. Mas, o nobre Senador Paulo Fender, no seu brilhante discurso, avançou conceitos que me parecem merecedores de pequena ressalva.

Pertenci à Aviação Militar durante quatro anos; assisti a sua formação e trabalhei conjuntamente com a Aviação Naval. Ainda estão em vigor alguns dos documentos por mim elaborados naquela ocasião. Sou obrigado, portanto a contestar S. Exa. — como certa feita fui encarregado de fazer com o meu particular amigo, o eminente Ministro Salgado Filho — na afirmativa feita por S. Exa. sobre a criação da aviação militar. Sou ferido a isso, já que mortos estão os dois homens que trabalharam no assunto, — o General Pedro Aurélio de Góis Monteiro e o General Alvaro Guilherme Mariante. Fui auxiliar desses dois chefes, servi mais tarde no Gabinete da Aviação militar.

O Sr. Paulo Fender — Embora antiregimental, permite V. Exa. um pequeno aparte, com a tolerância do Senhor Presidente?

O SR. CAIADO DE CASTRO — Concedo o aparte.

O Sr. Paulo Fender — Não proferi discurso; apenas encaminhei a votação com algumas palavras de registro aos serviços assinalados que prestaram os dois grandes brasileiros, Getúlio Vargas e Salgado Filho, à causa da aviação. Não quis, de modo algum, deixar de reconhecer o mérito da Aeronáutica militar, mas acho que não fora o incremento que se deu, durante o Estado Novo, à formação da Aeronáutica Civil não teria sido possível a criação do Ministério da Aeronáutica sob o impulso que lhe deu origem. V. Exa. cita nomes de militares cujos serviços prestados à Aeronáutica reconhece de grande valia. Estou de acordo com V. Exa., embora cite também, se me permite, o General Coelho Neto e o Brigadeiro Eduardo Gomes que, por um lapso, parece, V. Exa., esqueceu de mencionar. Era isto que queria aduzir às palavras aqui proferidas no intuito, apenas, de contribuir com a lembrança dos dois grandes brasileiros Getúlio Vargas e Salgado Filho, que tão assinalados serviços prestaram à causa trabalhista na nossa terra, trazendo ao discurso brilhante do Senador Daniel Krieger o registro de sua passagem nos fatos da Aeronáutica.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 312, de 1961 (nº 2.596 de 1961, na Câmara) que autoriza o

Senado Federal em 24 de outubro
de 1961.

PREÇO DO NÚMERO DE HOJE: CR\$ 0,40